

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO TEXTUAL EM EDITORIAIS ALAGOANOS: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS REFERENCIAIS

Daniel Barbosa Ferreira¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar os elementos referenciais e sua importância para a construção do sentido textual em editoriais alagoanos, considerando o papel da referência na organização discursiva e na progressão temática do texto. Para tanto, buscou-se respaldo em estudos da Linguística Textual, com destaque para Koch (2015), Marcuschi (2008) e Costa (2008), entre outros; no que concerne às discussões específicas sobre os processos de referência, sobressaem-se as contribuições de Cavalcante (2012), Cavalcante et al. (2020, 2022) e Koch e Elias (2021). A pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, de cunho interpretativista, sem o emprego de dados numéricos ou quantitativos, priorizando a análise das formas linguístico-referencial em contexto real de circulação de textos da esfera jornalística. Os resultados evidenciaram que os processos coesivos referenciais são fundamentais para a construção do sentido textual, uma vez que possibilitam a retomada, a recategorização e a progressão dos objetos de discurso, revelando as habilidades linguístico-textuais do editorialista na condução argumentativa do gênero. Nesse sentido, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões teóricas sobre a referência textual, além de colaborar para a compreensão do funcionamento discursivo do gênero editorial, com implicações relevantes para os estudos do texto.

Palavras-chave: Gênero editorial. Linguística Textual. Referência. Sentido textual.

¹ Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Atualmente integra o corpo docente do curso de pós-graduação em Linguagem e práticas sociais (IFAL), Arapiraca. Integra o grupo de pesquisa Linguagem e 19 Retórica (CNPq/UFAL), com interesse em Linguística Textual, Argumentação, Retórica e Gêneros Textuais. E-mail: danielbarbosaf01@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6343-8344>

THE CONSTRUCTION OF TEXTUAL MEANING IN ALAGOAN EDITORIALS: AN ANALYSIS OF REFERENTIAL PROCESSES

ABSTRACT: This article aims to analyze referential cohesive elements and their importance for the construction of textual meaning in editorials from Alagoas, considering the role of referential processes in discourse organization and thematic progression. To this end, the study draws on research in Textual Linguistics, particularly the works of Koch (2015), Marcuschi (2008), and Costa (2008), among others; with regard to specific discussions on referential processes, the contributions of Cavalcante (2012), Cavalcante et al. (2020, 2022), Koch and Elias (2021). The research adopts a qualitative, interpretivist approach, without the use of numerical or quantitative data, prioritizing the analysis of linguistic-discursive uses in real contexts of circulation. The results showed that referential cohesive processes are fundamental to the construction of textual meaning, as they enable the resumption, recategorization, and progression of discourse objects, revealing the editorialist's linguistic-textual skills in the argumentative management of the genre. In this sense, the study contributes to deepening theoretical discussions on referentiality and textual cohesion, while also enhancing the understanding of the discursive functioning of the editorial genre, with relevant implications for text studies.

Keywords: Editorial genre. Referentiality. Textual Linguistics. Textual meaning.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise sobre a importância da referenciação em editoriais do jornal Gazeta de Alagoas. No decorrer do estudo, houve um enfoque nos processos coesivos ligados à Linguística Textual (doravante LT). Essa análise permitiu não apenas um melhor entendimento da escritura do editorialista, como também um entendimento claro sobre a construção do sentido textual que se dá por meio dos processos referenciais.

Para isso, este estudo baseou-se nos postulados teóricos de Koch (2015) e Marcuschi (2008), entre outros, no que se refere às discussões sobre texto. No que diz respeito às questões acerca dos processos referenciais, fundamenta-se nas discussões de Cavalcante (2012), Cavalcante et al. (2020, 2022), Koch e Elias (2021), Santos e Ferreira (2025), entre outros autores. Já para as discussões sobre o gênero editorial, o trabalho segue os postulados de Costa (2008), Melo (2003) e Santos (2013, 2018), além de outros.

No que diz respeito à metodologia do trabalho, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que seu foco não está centrado em estatísticas numéricas, mas em interpretações de textos e seus fenômenos. Apresenta, assim, um caráter interpretativista, ao sondar os saberes textuais/discursivos em contexto jornalístico. O *corpus* é constituído por editoriais disponíveis no jornal Gazeta de Alagoas. Os critérios de análise seguem os estudos da LT.

O trabalho tem por objetivo geral analisar, em editoriais alagoanos, os elementos coesivos sob a ótica da referenciação, não se limitando à classificação de palavras, mas interpretando-as em processo.

As perguntas que nortearam as análises do trabalho são as seguintes: os editoriais analisados apresentam processos referenciais e coesivos? Esses elementos atribuem sentidos aos textos analisados? Ao longo do desenvolvimento do trabalho, buscou-se responder a essas indagações.

Assim, para alcançar as metas do trabalho, este estudo está dividido em etapas, a saber: a) Aspectos textuais; b) A coesão, com foco na referenciação e seus processos; b) considerações acerca do gênero em estudo; c) metodologia e constituição do corpus; d) análises; e e) considerações finais.

2. ASPECTOS TEXTUAIS

No desenvolvimento textual, é necessário estabelecer critérios que tornem a escritura do texto coerente e coesa. Os fatores da textualidade que nutrem essas formas são chamados de vias de acesso ao texto. Fazem parte desses fatores a coesão, a coerência, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a intertextualidade e a informatividade. O motivo da escolha desses elementos deve-se ao fato de desempenharem atributos necessários para produção de sentido na comunicação.

Os fatores da textualidade são essenciais para a compreensão/recepção de uma mensagem, pois se consideram na troca comunicativa, o texto, sua elaboração e como seu público-alvo o recebe (interpretação da mensagem) etapas primordiais numa ação interacional. Segundo Marcuschi (2008), tais fatores são divididos em dois grupos: no primeiro, o foco recai na contextualidade (conhecimento de mundo); já no segundo, na co-textualidade (conhecimento linguístico). Além disso, cada fator textual segue um princípio de orientação, como apresentam Beaugrande e Dressler, no quadro a seguir:

Fatores de textualidade centrados “no texto”	Fatores de textualidade centradas nos usuários
Coesão e coerência.	Intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade.

Quadro I - Agrupamento de fatores da textualidade
Fonte: Beaugrande; Dressler (1981, *apud* Cavalcante et al., 2022)

Para esse estudo, o foco recai sobre um deles: a coesão textual, por ser determinante para o desenvolvimento das análises e discussões propostas neste artigo. A escolha desse recorte justifica-se pelo fato de que os fenômenos observados ao longo do *corpus* analisado evidenciam a recorrência de elementos responsáveis pela fluidez e clareza da escrita textual.

3. A COESÃO TEXTUAL

No que diz respeito à coesão textual, pode-se mencionar que, de fato, esse fator da textualidade desenvolve-se no interior do texto, e é por meio de elementos linguísticos que ela garante sentido em determinada situação de uso da linguagem. Os processos da coesão apresentam-se em formas sequenciais e referenciais.

A coesão sequencial é um tipo de recurso que possibilita ao texto a progressão das ideias e fatos. Nesse tipo de estratégia, o autor de um texto visa articular seu discurso de forma linear, pois pretende, ao longo do texto, manter a coerência discursiva, o que pode ocorrer com o uso de conectores (empregados para estabelecer sentido entre parágrafos, orações e períodos de um texto) e tempos verbais (que ajudam o leitor a compreender a cronologia dos fatos) (Koch, 2015).

Por outro lado, a coesão referencial, foco deste trabalho, é uma ação textual que ocorre por meio de estratégias remissivas, isto é, referenciais. Tal fator coesivo visa projetar ou fixar, na memória do receptor da mensagem, aspectos relevantes do texto. Acrescenta-se, ainda, o fato de esse processo funcionar como uma técnica argumentativa, uma vez que estabelece uma progressão das ideias e fatos narrados na comunicação.

As formas referenciais recorrem ao uso de pronomes (pessoais, relativos ou demonstrativos), artigos definidos, elipses, entre outros. Esses elementos retomam algo já dito (ou não), como é o caso do estudo da anáfora (direta, indireta e encapsulada) ou a catáfora que antecipa um termo dito posteriormente. Tais elementos corroboram para a ligação e harmonia textual.

Ainda é importante ressaltar como os fenômenos da dêixis estão ligados aos da referenciação na escrita de diversos textos, uma vez que a dêixis possibilita a manutenção e a articulação das ideias no âmbito do projeto comunicativo.

3.1 O processo de referenciação

O processo de referenciação ocorre por meio de trocas linguísticas que acontecem no texto para promover seu melhor entendimento. Tal ação acontece por meio das escolhas dos objetos de discurso (Ciulla, 2025). Assim, ao desenvolver um texto, escolhe-se, antes de tudo, sobre o que será discutido.

Essa ação, por sua vez, exige que o escritor do texto acrescente dados e informações relevantes à sua escrita, a fim de garantir a progressão temática (Ferreira, 2025). Logo, surge então a necessidade de retomar o tema debatido. Esse ato linguístico criado na escritura é chamado de referenciação.

A referenciação defendida, neste trabalho, não é aquela que identifica e classifica palavras, mas aquela que interpreta expressões textuais em processo de uso na comunicação. Ou seja, defende-se que esse movimento não põe etiquetas em palavras,

mas analisa, no processo textual, os modos de funcionamento desses itens (Santos; Ferreira, 2025).

3.2 Processos referenciais: introdução e anáforas

No plano da produção textual, existem formas de inserir uma nova informação nos textos, isto é, de promover o uso de uma introdução referencial. Na maioria dos gêneros escritos, essa introdução já aparece nos títulos e é retomada ao longo do texto de forma anafórica. Para Fontinele e Carvalho (2024), o entendimento sobre esse processo textual:

[...] vai além da mera instauração de um elemento no texto. Esse processo requer do leitor a ativação e informações armazenadas na memória sobre o referente introduzido. Esse conhecimento, por sua vez, enriquece a compreensão do texto e colabora para a construção da proposta de sentido. Em outras palavras, a introdução de referentes funciona como intermédio para o leitor negociar sentido diante das informações expressas por esse processo, pois tal estratégia referencial manifesta-se discursivamente nos textos na intenção de requerer do leitor seu engajamento [...] (Fontinele; Carvalho, 2024, p. 305)

Vale salientar que a introdução referencial apresenta um traço que a diferencia das anáforas (que ainda serão discutidas), pois, enquanto as anáforas retomam um objeto de discurso já inserido no contexto, as introduções realizam a ação de inserir um novo tópico. Nesse sentido, faz-se necessário citar as formas pelas quais a anáfora se apresenta na textualidade.

O fenômeno anafórico é essencial para dar continuidade ao projeto textual e ao andamento do referente. A anáfora pode ocorrer de duas formas, muitas vezes complementares e não excludentes. Sobre isso, Cavalcante *et al.* afirmam que a anáfora se apresenta de duas maneiras:

Em uma delas, o fenômeno diz respeito ao processo de remissão de/a um referente (objeto de discurso) no texto por meio de expressões nominais. [...] Em outra dimensão, entende-se como uma conexão entre todos os elementos co(n)textuais para que haja a construção dinâmica dos referentes do texto, não estando tal processo restrito ao uso exclusivo de expressões nominais. (Cavalcante et al, 2020, p. 189)

Face ao exposto, é importante ressaltar que a anáfora apresenta três tipos: direta, indireta e encapsulada. A anáfora direta destaca-se por seu caráter correferencial, isto é, por sua função como mecanismo de remissão a um aspecto textual já introduzido no

texto. Esse fenômeno ocorre por meio de expressões nominais, como pronomes, repetições, sinônimos, entre outros.

No que diz respeito à anáfora indireta (não correferencial), ela se constitui pela não retomada de um mesmo referente explícito no texto, mas pela retomada realizada por meio de expressões textuais e de conhecimentos partilhados presentes na escrita. Logo, a diferença entre as duas reside no fato de que a anáfora direta retoma um referente já situado no contexto discursivo, enquanto, na anáfora indireta, essa construção ocorre por meio de antecedentes não explicitamente referenciados no texto (Cavalcante et al., 2022).

Ainda, cabe fazer algumas considerações sobre a anáfora encapsuladora (resumitiva), que apresenta como principal característica a capacidade de resumir porções textuais. Os encapsulamentos podem resumir não somente as anáforas, mas também as introduções, que na maioria das vezes ocorre por meio de pronomes demonstrativos.

3.3 A dêixis e seus processos

O estudo das formas dêíticas formadas pelo eu–aqui–agora (*ego, hic, nunc*) são essenciais para o entendimento textual, pois, para interpretar um discurso, é necessário conhecer o tempo, o espaço, quem fala e com quem se fala. Tudo isso é assegurado por Leal (2015), quando afirma:

O termo dêixis é empregado em linguística para referir funções desempenhadas por pronomes pessoais e demonstrativos, advérbios de tempo e de lugar e ainda uma variedade de outros traços lexicais e gramaticais que se relacionam a expressões espaço-temporais, relevantes do contexto de enunciação (Leal, 2015, p.75).

A dêixis é objeto de estudo desde os tempos dos estudiosos como Benveniste e Bühler, e sua importância nos estudos do texto e do discurso permanece sendo relevante até hoje. Na literatura atual sobre os tipos dêíticos, sobressaem-se, primeiramente, suas formas clássicas: a dêixis de tempo, de espaço e de pessoa.

Além dos três tipos clássicos dos processos dêíticos há ainda outros cinco tipos (social, textual, memorial, modal e fictivo), que, por questões metodológicas, não serão aprofundados neste trabalho. A seguir seguem algumas pontuações sobre os três tipos clássicos da dêixis.

Em primeiro lugar, pontuam-se os dêíticos de espaço/lugar, que na maioria das vezes, apontam para uma localização física ou geográfica que, nesse sentido, constrói uma

referência de realidade concreta e situa o leitor/ouvinte no interior do campo enunciativo.

Agora, fazem-se pontuações sobre os dêiticos temporais, que servem para gerenciar o tempo (o agora, o hoje, o ontem) na interação. Esse tipo dêitico é importante, sobretudo em conversações reais de uso da língua, uma vez que é necessário estabelecer, no campo dêitico, o momento a que se refere o ato de fala.

Por fim, quanto à utilização dos dêiticos pessoais, eles transmitem efeitos multifacetados aos textos, pois sua principal função no circuito comunicativo é identificar os falantes e os interlocutores ativos do ato interativo.

Ao identificar quem fala por meio de dêiticos pessoais, manifesta-se também “sua adesão (ou não) a determinados posicionamentos (Cavalcante; Martins, 2020).” Desse modo, a dêixis de pessoa constitui o centro do campo enunciativo; assim, tal processo é egocentrado em um eu, que instaura um tu (ouvinte) na enunciação, situada em um tempo e em um espaço específicos.

Logo, pode-se afirmar que a dêixis é um elemento essencial para a escrita de textos, e que esse processo não se opõe às introduções nem às anáforas, pois pode somar-se a elas, aparecendo na introdução de referentes ou realizando remissões diretas ou indiretas aos objetos de discurso

4. O GÊNERO DISCURSIVO EDITORIAL

O gênero discursivo editorial de jornal, objeto de análise deste trabalho, é compreendido como um gênero de natureza opinativa, uma vez que sua produção pressupõe a assunção de uma posição diante de temas de relevância social. Conforme destaca Melo (2003), “o editorial configura-se como um espaço de contradições” (p. 105).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o editorial se dirige à opinião pública, com a finalidade de orientar argumentativamente o leitor, muitas vezes já familiarizado com a temática abordada. No escopo deste estudo, os editoriais analisados inserem-se em um contexto de circulação estadual, isto é, pertencem a um jornal do estado de Alagoas.

Trata-se de um gênero que apresenta especificidades quanto à sua estrutura e à sua escrita: caracteriza-se por não ser assinado, o que lhe confere um caráter impessoal; contudo, as posições assumidas devem estar em consonância com a orientação ideológica do jornal (frequentemente associada à figura do redator-chefe) (Santos, 2018). No que diz respeito à sua circulação, Ferreira(2025) afirma:

A circulação desse gênero pode ocorrer em jornais, revistas, blogs e colunas. Geralmente, aparece na página da seção “editorial” devido ao seu caráter argumentativo-opinativo e circula junto aos gêneros de linha opinativa, como a charge e o artigo de opinião (Ferreira, 2025, p.33).

Vale salientar, que o gênero editorial, possui outra característica significativa em relação ao seu estilo, que o diferencia de outros gêneros: o fato de ser uma espécie de ensaio curto, caracterizado pela topicalidade do assunto (Costa, 2008).

Em síntese, Santos (2013, p. 60) afirma que, quanto à natureza do gênero, “o editorial é dividido em *promocional*, que é coerente com o pensamento da empresa; *circunstancial*, que tem um cunho imediatista; e polêmico, que se diz contestador.”

5. PONTUAÇÕES METODOLÓGICAS

Este estudo insere-se no campo da Linguística Textual, com foco nos processos de referenciação na construção de sentidos em textos do gênero editorial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza interpretativista, adequada à investigação de fenômenos linguístico-discursivos em contextos específicos (Flick, 2009).

Nessa perspectiva, busca-se compreender como os processos referenciais atuam na construção dos objetos de discurso e na orientação argumentativa dos textos analisados, considerando não apenas aspectos linguísticos, mas também suas relações com o contexto de produção e circulação.

5.1 Constituição do *corpus*

O *corpus* da pesquisa é constituído por dois editoriais publicados em um jornal de ampla circulação no estado de Alagoas, selecionado em função de sua relevância no cenário midiático regional e de sua expressiva atuação na formação de opinião pública.

A seleção dos textos ocorreu a partir de um recorte temporal compreendido entre os anos de 2022 e 2024. Inicialmente, realizou-se a leitura de um conjunto mais amplo de editoriais, dos quais foram escolhidos aqueles que apresentavam maior densidade de processos referenciais, possibilitando uma análise mais consistente e produtiva dos fenômenos investigados.

A opção por um *corpus* reduzido justifica-se pela natureza qualitativa da pesquisa, que privilegia a análise aprofundada dos dados em detrimento de uma abordagem

quantitativa. Nesse sentido, a investigação concentra-se na descrição e interpretação detalhada dos processos de referenciação, tais como introdução referencial, anáforas, recategorização e dêixis.

Reconhece-se, como limitação do estudo, o recorte restrito do corpus, o que não permite generalizações amplas. Contudo, tal escolha possibilita uma análise mais aprofundada dos fenômenos, contribuindo para a compreensão dos processos referenciais no gênero editorial, especialmente no contexto da imprensa regional.

6. ANÁLISES

Análise 1: editorial “Sem horizontes”

O editorial *Sem horizontes*, publicado em dezembro de 2023, aborda a problemática dos jovens que não estudam nem trabalham, construindo uma perspectiva crítica sobre esse fenômeno social. O título do editorial funciona como um recurso retórico que antecipa o posicionamento do texto ao atribuir a esses sujeitos a condição de “sem horizontes”, produzindo um efeito de sentido associado à ausência de perspectivas futuras.

Sob a perspectiva da referenciação, o título atua como uma introdução referencial (Cavalcante, 2012), ao instaurar o objeto de discurso e orientar a leitura desde o início. Ao nomear os jovens dessa forma, o editorial não apenas os identifica, mas os recategoriza, construindo uma imagem social marcada pela falta de projeção e expectativa.

No desenvolvimento do texto, o Brasil é configurado como o espaço em que essa problemática se inscreve, enquanto jovens e adolescentes são apresentados como os principais atores sociais afetados. A construção discursiva sugere que essa condição interfere em suas trajetórias profissionais, reforçando um quadro de desengajamento.

Nesse contexto, observam-se referências dêiticas espaciais que situam o fenômeno no território brasileiro e delimitam o grupo analisado, especialmente na faixa etária entre 15 e 29 anos, contribuindo para a ancoragem do discurso em uma realidade social específica.

Quadro 1 – Fragmento I

No Brasil, um em cada cinco jovens de 15 a 29 anos não estuda nem trabalha. Esse grupo, chamado de "nem-nem", representa um problema social grave, com consequências negativas para o indivíduo, para a família e para a sociedade como um

todo.

Fonte: *Corpus* da pesquisa

Após introduzir a problemática, o editorialista recategoriza o grupo de jovens ao empregar a expressão “nem-nem”, reforçando uma rotulação social que sintetiza sua condição de exclusão dos campos educacional e profissional. Essa escolha lexical intensifica o tom crítico ao atribuir ao grupo um lugar de passividade e improdutividade, ampliando o julgamento já sugerido no título.

Observa-se um processo de recategorização do objeto de discurso: inicialmente apresentados como “sem horizontes”, os jovens passam a ser designados como “nem-nem”, o que reconfigura e especifica sua representação ao longo do texto. Esse movimento contribui para a progressão temática e para a construção de uma imagem social marcada por ausência de perspectiva e desengajamento (Koch; Elias, 2021).

Além disso, o editorialista recorre à anáfora direta ao retomar “os jovens que não estudam nem trabalham” por meio do pronome “eles”. Mais do que um mecanismo de coesão, essa escolha contribui para a generalização do grupo, apagando individualidades e reforçando sua construção como categoria homogênea, o que intensifica o efeito argumentativo do texto.

Quadro 2 – Fragmento 2

Os jovens que não estudam nem trabalham estão em situação de vulnerabilidade social. *Eles* têm maiores chances de viver na pobreza, de sofrer de problemas de saúde mental e de se envolver em atividades criminosas. Além disso, têm menor probabilidade de conseguir um emprego de qualidade no futuro.

Fonte: *Corpus* da pesquisa

Para fortalecer sua tese, o editorialista recorre ao uso do elemento dêitico de espaço ao afirmar: “No Brasil, a taxa de jovens”, com o intuito de situar seus leitores sobre a localização da problemática dos *nem-nem*. Ainda se utiliza de dados estatísticos quando diz: “a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos é de 27%, o que é muito superior à taxa geral de desemprego, de 10,5%”. Ao utilizar esse recurso quantitativo o escritor credibiliza não só sua argumentação ao trazer dados que a sustentam, como também visibiliza a própria temática dos *nem-nem*.

Quadro 3 – Fragmento 3

O desemprego entre os jovens é um dos principais fatores que contribuem para o fenômeno dos *nem-nem*. No Brasil, a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos é de 27%, o que é muito superior à taxa geral de desemprego, de 10,5%. Outros fatores que contribuem para o fenômeno dos *nem-nem* são a falta de acesso à educação de qualidade, a desigualdade social e as dificuldades de inclusão no mercado de trabalho.

Fonte: *Corpus* da pesquisa

O editorial também sugere, de forma implícita, possíveis causas para o fenômeno, ao atribuir responsabilidade a setores como educação, inclusão social e mercado de trabalho. Esse movimento amplia o escopo argumentativo do texto, deslocando a questão do plano individual para o institucional.

Nos trechos em que propõe soluções, observa-se o uso recorrente de estratégias de encapsulamento referencial (Cavalcante et al., 2022), por meio das quais o autor retoma e condensa segmentos anteriores do discurso. Ao defender a criação de oportunidades de emprego por meio de “políticas públicas”, o editorial posteriormente recorre à expressão “essas políticas”, sintetizando a proposta apresentada e mantendo sua continuidade temática.

Esse recurso não apenas evita repetições, mas também reforça a coesão argumentativa, ao transformar ações previamente descritas em objetos de discurso mais estáveis e manipuláveis ao longo do texto.

Em outro momento, ao tratar da inclusão social, o editorial retoma a proposta de “promover políticas públicas” por meio do demonstrativo “essas”, novamente condensando a informação anterior. Tal escolha contribui para a progressão textual e para a reafirmação das soluções defendidas, conferindo unidade ao posicionamento do editorial.

Quadro 4 - Fragmento 4

Para combater o problema dos *nem-nem*, é necessário investir na educação, na geração de empregos e na inclusão social dos jovens. No campo da educação, é preciso garantir que todos os jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, desde a educação básica até a educação superior. É também importante investir na formação profissional dos jovens, para que eles tenham as habilidades necessárias para o mercado de trabalho.

No campo da geração de empregos, é preciso criar políticas públicas que promovam a geração de empregos de qualidade para os jovens. Essas políticas devem levar em conta as necessidades específicas dos jovens, como a flexibilidade de horários e a possibilidade de conciliar o trabalho com os estudos.

No campo da inclusão social, é preciso combater a desigualdade social e promover políticas públicas que ajudem a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Essas políticas devem incluir ações de combate ao preconceito e à discriminação, bem como ações de apoio aos jovens que enfrentam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

Fonte: *Corpus* da pesquisa

A análise do editorial evidencia uma organização discursiva que se inicia com a apresentação do tema, seguida de sua problematização e, por fim, da proposição de encaminhamentos possíveis. Esse percurso contribui para a construção do posicionamento do texto e para o engajamento do leitor diante da questão abordada.

Nesse processo, os elementos referenciais desempenham papel central na construção de sentido, ao estruturar a progressão temática e sustentar a orientação argumentativa do editorial. Seu uso não apenas garante a coesão textual, mas também participa da construção das representações dos sujeitos envolvidos, direcionando a leitura para uma interpretação específica do fenômeno dos “sem horizontes”.

Destaca-se, nesse contexto, a expressão “nem-nem”, que atua como forma de recategorização ao condensar e reforçar a imagem dos jovens como um grupo marcado pela exclusão dos âmbitos educacional e profissional.

Análise 2: editorial “A carta da democracia”

O dia 5 de outubro marca o aniversário da Constituição Federal de 1988, documento que instituiu o Estado democrático de direito no Brasil, após o período ditatorial, e ampliou os direitos dos cidadãos. Em 2022, quando se completaram 34 anos de sua promulgação, o jornal Gazeta de Alagoas publicou o editorial *A Carta da Democracia*, propondo uma reflexão sobre seu conteúdo.

Quadro 5 - Fragmento 5

A Constituição Federal de 1988, símbolo da democracia, completou ontem 34 anos. Elaborada após o período militar, ela trouxe avanços em relação aos direitos e

garantias de brasileiras e brasileiros, além de dar voz à sociedade civil organizada e consolidar o Estado Democrático de Direito.

Fonte: *Corpus* da pesquisa

Inicialmente, o editorial adota um movimento definicional ao recategorizar a Constituição como “símbolo da democracia”, atribuindo-lhe um valor que ultrapassa sua dimensão jurídica e a projeta como marco político e social. Em seguida, o uso de coordenadas temporais dêiticas situa o leitor tanto no momento de sua promulgação (1988) quanto no tempo decorrido até 2022, o que atualiza o documento no presente e reforça sua permanência no cenário contemporâneo.

Observa-se, ainda, a ocorrência de anáfora direta quando o editorialista enuncia “A Constituição Federal de 1988, símbolo da democracia” e, posteriormente, a retoma por meio do pronome “ela”. Ao empregar esse recurso, o texto mantém o referente em evidência e lhe atribui agência, associando-o aos avanços mencionados e construindo a Constituição como responsável pela organização social e pela ampliação de direitos.

Esse movimento se intensifica quando o editorial mobiliza a expressão “Constituição Cidadã”, por meio da qual o documento é novamente recategorizado. Tal designação projeta uma imagem positiva e legitimadora, ao vinculá-lo à ampliação da participação política e à garantia de direitos. Nesse contexto, ao enumerar elementos como “pluralismo político, o voto direto e secreto, a garantia dos direitos políticos individuais [...] e as condições de elegibilidade”, o texto consolida a Constituição como fundamento da ordem democrática, reforçando seu papel estruturador na sociedade brasileira.

Quadro 6 - Fragmento 6

A nova Carta ficou conhecida como Constituição Cidadã, porque apresenta cláusulas essenciais à manutenção e ao fortalecimento da democracia, como o pluralismo político, o voto direto e secreto, a garantia dos direitos políticos individuais, o princípio da anterioridade da lei eleitoral e as condições de elegibilidade do cidadão que concorre a determinado cargo eletivo. Também reestruturou os Poderes da República e fortaleceu o Ministério Público, transformando-o em um órgão independente, autônomo e detentor da prerrogativa da ação civil pública. Na área econômica, os constituintes fortaleceram a estrutura do Estado, estabelecendo os monopólios da exploração do subsolo, do minério, do petróleo, dos recursos hídricos, do gás canalizado, das comunicações e do transporte marítimo. Não há dúvida de que é a Constituição, embora não seja perfeita e precise de ajustes, é a mais democrática da história do País. Entretanto, parte desses conceitos não saiu

do papel seja porque ficaram para regulamentação posterior, que nunca ocorreu, seja por falta de recursos para implementar o que já foi regulamentado, ou ainda, por falta de vontade política.

Fonte: *Corpus* da pesquisa

O editorial estabelece ainda uma alusão implícita às cláusulas constitucionais ao abordar avanços na área econômica. Isso se evidencia no uso da expressão “os constituintes”, cujo referente não é explicitado, mas pode ser inferido pelo contexto e pelo conhecimento partilhado, remetendo à Constituição. Trata-se, portanto, de um caso de anáfora indireta, em que o referente é reconstruído inferencialmente.

Na continuidade do percurso argumentativo, o texto atribui às cláusulas constitucionais o fortalecimento do Estado, especialmente ao destacar o controle governamental sobre áreas estratégicas. Ao enumerar elementos como “exploração do subsolo, do minério, do petróleo, dos recursos hídricos, do gás canalizado, das comunicações e do transporte marítimo”, o editorial projeta a Constituição como instrumento de organização e regulação econômica, reforçando seu papel estruturador.

Esse movimento se articula a outro uso de anáfora indireta em “A Constituição, embora não seja perfeita e precise de ajustes...”, em que a referência ativa um conjunto de conhecimentos sobre o documento e suas limitações. Ao afirmar sua imperfeição, o texto introduz uma avaliação crítica, ao mesmo tempo em que preserva sua legitimidade ao qualificá-la como “a mais democrática da história do País”.

Na progressão temática, destaca-se a tensão entre direitos assegurados e sua não efetivação, atribuída à falta de recursos ou à má vontade política. Esse deslocamento reorienta o foco da Constituição enquanto norma para sua aplicação concreta, ampliando o alcance argumentativo do editorial.

Nos momentos finais, o texto intensifica os processos de recategorização do referente “Constituição”, ao designá-la como “a Carta” e, posteriormente, como “Constituição real”. Essas reformulações reconfiguram o objeto de discurso, ajustando seu sentido conforme o posicionamento assumido ao longo do texto.

Por fim, o uso de expressões como “os princípios estão lá” mobiliza um dêitico espacial que remete à própria Constituição, construindo-a como repositório das diretrizes que regem o país. Já o emprego de “neste momento” introduz uma marca temporal que ancora o discurso no presente da enunciação, sinalizando urgência e reforçando o apelo por efetivação dos direitos.

Quadro 7 - Fragmento 7

A conjuntura política da época em que a *Constituição foi elaborada* fez com que os congressistas inserissem nela muitas matérias cuja regulamentação deveriam ter ficado a cargo da legislação ordinária. De qualquer forma, a *Carta contribuiu* para a demarcação adequada do papel dos Poderes e para criar no Brasil uma cultura de valorização dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

Os princípios estão lá. O desafio é regulamentá-los para que se transformem em direitos efetivos e não apenas formais. É preciso que a *Constituição que está no papel* se transforme na *Constituição real*, para que os seus princípios norteadores permitam recuperar a dignidade, a segurança jurídica e a moralidade que toda a sociedade brasileira deseja *neste momento*.

Fonte: *Corpus* da pesquisa

Assim, o que se pode constatar na leitura e interpretação do editorial é que seu escritor utilizou diversos mecanismos coesivos para manter a coerência e a linearidade do discurso argumentativo. Esses fenômenos manifestaram-se de formas diversificadas, por meio das introduções, anáforas e da dêixis, evidenciando que o editorialista possui conhecimento sobre uma série de aspectos linguístico-textuais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou editoriais do jornal Gazeta de Alagoas à luz da Linguística Textual, com foco nos processos de referenciação na construção de sentido. A análise evidenciou que tais processos ultrapassam a função de simples retomada, atuando na organização discursiva e na orientação argumentativa do gênero editorial.

Os dados analisados mostraram que estratégias como introdução referencial, anáforas, recategorização e dêixis não apenas asseguram a continuidade temática, mas também participam ativamente da construção dos objetos de discurso. Nesse sentido, observou-se que escolhas referenciais específicas, como a rotulação de grupos sociais, o uso de pronomes anafóricos e a mobilização de expressões dêiticas, contribuem para projetar determinadas representações e direcionar a interpretação do leitor.

Desse modo, a referenciação configura-se como um processo dinâmico por meio do qual o texto não apenas organiza seus elementos internos, mas também constrói posicionamentos e produz efeitos de sentido no contexto do gênero editorial.

Como limitação, destaca-se o recorte reduzido do corpus, composto por dois editoriais, o que não permite generalizações amplas. Ainda assim, essa delimitação

possibilitou uma análise aprofundada dos fenômenos investigados. Como desdobramento, sugere-se a ampliação do corpus, bem como a investigação dos processos referenciais em outros gêneros opinativos e contextos de circulação.

Por fim, o estudo reforça a relevância de abordagens que considerem a referenciação em sua dimensão discursiva, contribuindo para a compreensão do texto como prática social e para o avanço das pesquisas no campo da Linguística Textual.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística textual e argumentação**. Campinas: Pontes, 2020.
- CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes, 2022.
- CAVALCANTE, M. M.; MARTINS, M. A. Efeitos de sentidos de tipos dêiticos. **Revista Investigações**, [S. l.], v. 33, n. especial, p. 185–199, 2020. DOI: 10.51359/2175-294x.2020.244478. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/244478>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- CIULLA, A. Referenciação e texto. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e38755, 2025. DOI: 10.21680/1517-7874.2025v27n1ID38755. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/38755>. Acesso em: 4 jan. 2026.
- COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.
- FERREIRA, D. B. **Uma análise argumentativo-textual de editoriais do Jornal Gazeta de Alagoas**. 2025. 55 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Letras: Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas) – Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2025.
- Ferreira, D. B.; SANTOS, M. F. Processos referenciais no jornal Gazeta de Alagoas: uma análise do gênero opinativo editorial. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. e 41017, 2026. DOI: 10.21680/1517-7874.2026v28n1ID41017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/41017>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTINELE, F. P. S.; CARVALHO, M. A. F. Introdução de referentes no entremeio da compreensão leitora. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, TO, v. 11, n. 7, 2024. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9811>. Acesso em: 04 jan. 2026. ISSN 2358-8322.

GAZETA DE ALAGOAS. A carta da democracia. Maceió, 06 out. 2022. Editorial. Disponível em: https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao_digital/Page?editionId=5827. Acesso em: 25 jan. 2025.

GAZETA DE ALAGOAS. Sem horizontes. Maceió, 07 dez. 2023. Editorial. Disponível em: https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao_digital/Page?editionId=6136. Acesso em: 25 jan. 2025.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

KOCH, I. V. **Introdução à Linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2015.

LEAL, A. P. B. **O processo referencial da dêixis: por uma proposta de recategorização**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, J. M. de. **Jornalismo Opinativo; Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro**. 3 ed. Revista e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

SANTOS, M. F. O. **As marcas retórico-críticas no gênero editorial**. Curitiba: Appris, 2018.

SANTOS, M. F. O. O gênero stop à luz dos estudos da argumentação e da referenciação. In: SANTOS, F.O.; MAX, S. R. (orgs.). **Teceres diferentes em gêneros orais escritos**. Maceió: Eduneal, 2018.

SANTOS, M. F. O. **Os Saberes construídos no processo da pesquisa.** Maceió: EDUFAL, 2013.

SANTOS, M. F. O.; Ferreira, D. B. Estudo da canção em uma linha textual argumentativa. In: MANZONIE, Ahiranie Sales; OLIVEIRA, Lisiane Alcaria de (org.). **Canção entre versos e reversos.** Maceió: Eduneal, 2025.